

**ACTA N.º 21/2011**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02.NOVEMBRO.2011**

----- Aos dois dias do mês de Novembro de dois mil e onze, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, Albino Soares de Oliveira, Margarida Maria de Sousa Correia Belém, Manuel Artur de Almeida Miler e Paulo Sérgio Martins Teixeira.-----

----- Pelas 14.30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- Faltou o Vereador senhor António Henrique Fernandes Cruz.-----

**----- I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

----- O Vereador senhor Paulo Teixeira pediu a palavra para:-----

----- 1. Perguntar quais os fundamentos históricos que determinaram a nova localização do Portal do Parque Central;-----

----- 2. Questionar, sobre as críticas tecidas pelo autor do livro “A Bela Adormecida: Olhares Literários Sobre Arouca”, aquando da sua apresentação, quanto ao apoio da autarquia para a edição do livro, se existe alguma comissão responsável por este processo e quais os critérios utilizados para decidir sobre o apoio a estes trabalhos;-----

----- 3. Perguntar se existe algum acompanhamento em termos nutricionais relativamente às refeições confeccionadas pela empresa de catering para as escolas do concelho;-----

----- 4. Perguntar se houve alguma informação aos munícipes relativamente aos ecopontos colocados nas zonas rurais, designadamente no que se refere à separação dos resíduos, alerta que já fez há cerca de meio ano atrás.-----

----- Às três primeiras questões o senhor Presidente respondeu:-----

----- 1. Que a localização assentou na informação do IGESPAR, ficando no alinhamento da Porta do Celeiro do Convento;-----

----- 2. Que existe uma comissão constituída e critérios definidos, tudo como consta do regulamento aprovado especificamente para o efeito;-----

----- 3. Que existe, de facto, esse acompanhamento, quer através dos serviços municipais, quer através dos serviços técnicos da própria empresa.-----

----- 4. A esta questão a Vereadora senhora Isabel Vasconcelos respondeu que a informação tem sido prestada à população na tentativa de a sensibilizar relativamente à matéria. Que actualmente está a ser feito o

02.11.2011

levantamento georeferenciado da localização dos ecopontos e de todos os contentores, de modo a permitir uma gestão adequada.-----

----- De seguida foi apresentada pelos Vereadores senhores Artur Miler e Paulo Teixeira a seguinte ----

----- “Declaração-----

----- No seguimento das discussões e debates que os vereadores do PSD têm vindo a travar neste executivo no que concerne à nova Escola Secundária de Arouca e a sua nova reorientação de fluxo de alunos, docentes e outros nas entradas e nas saídas do mesmo edifício pretendemos reforçar e oficializar a nossa posição relativamente a: -----

----- Arouca possuía e **possui** uma situação estratégica privilegiada no que concerne à localização de duas das principais escolas do concelho, a Escola Secundária de Arouca e a E. B 2 3 de Arouca; ambas se localizam perto do centro urbano da vila e ambas são servidas por uma via de tráfego quase que **exclusivamente** para as mesmas. -----

----- As escolas até à data “viviam” frente a frente uma para a outra com as principais entradas de ambas defronte, o que nos parece saudável e de salutar.-----

----- Éramos possuidores de uma situação estratégica geográfica escolar que faria inveja a muitos dos concelhos de Portugal. -----

----- A construção/reestruturação por parte da Parque Escolar da Escola Secundária de Arouca fez com que a nova orientação e entrada principal da mesma escola esteja não só e principalmente voltada para a avenida 25 de Abril (via com muito mais fluxo de tráfego e a principal de acesso ao centro urbano) bem como que esta escola ficasse de “costas voltadas” para a E. B. 2 3. sendo que: -----

----- Que a nova ESA continua a ter a possibilidade de promover a entrada de alunos, docentes e professores pela antiga entrada.-----

----- Que sabemos, pela observação do dia-a-dia, que o tráfego automóvel nas principais horas de entradas e saídas na ESA se complica para não afirmar que fica mesmo caótico:-----

----- Que a oferta de estacionamento automóvel é muito superior em número de lugares e proximidade pela entrada da rua Dr. Gil Costa.-----

----- Que o facto da Avenida 25 de Abril ser uma via com um muito maior tráfego automóvel permanente **aumentando a insegurança** dos alunos nas suas deslocações a pé.-----

----- Que a Central de Camionagem, onde uma quota-parte dos alunos que se deslocam para a escola via transportes públicos são apeados, se localiza indubitavelmente mais próxima da entrada pela rua Dr. Gil Costa.-----

----- Que a entrada pela rua Dr. Gil Costa se localiza no plano geográfico ao nível da estrada, não obrigando os alunos desta forma a terem que subir carregados com o material escolar, diariamente e várias vezes ao dia a enorme escadaria que a nova entrada obriga.-----

----- Que a entrada e saída dos alunos pela actual entrada (Av. 25 de Abril) provocará condicionamentos de tráfego ao acesso ao centro urbano que se pretende seja o mais fluido possível.-----

----- Por estas razões que nos parecem por si só mais que justificativas para que num plano de avaliação entre a estética da nova entrada e a funcionalidade e segurança (principalmente dos alunos) da antiga pela rua Dr. Gil Costa a ponderação nos leve a crer sem dúvidas que a entrada principal para a ESA se mantenha pela rua Dr. Gil Costa, reservando-se a entrada pela Av. 25 de Abril para actos oficiais e nobres, bem como acesso às actividades que potencialmente se poderão vir a desenvolver pontualmente no futuro pavilhão multiusos.” ---

----- No seguimento daquela declaração o senhor Presidente prestou o seguinte esclarecimento: -----

----- “A entrada principal da ESA sempre esteve voltada para a Av. 25 de Abril. Razões de segurança levaram, há uns anos atrás, a fechar a entrada pela frente passando-a para o tardo do edifício.-----

----- O novo projecto, da autoria da Parque Escolar, estruturou a entrada principal pela frente do edifício e nas condições recomendadas pelo projecto de arquitectura geral, nele incluindo o auditório a inserir no pavilhão multiusos do complexo. -----

----- A Câmara não se opôs à localização da entrada pela porta principal desde que fossem asseguradas as condições de segurança para os peões e desde que os fluxos de tráfego não fossem afectados.

----- A Parque Escolar, ao implementar as medidas de segurança consideradas adequadas e ao construir uma via de paragens ao longo de toda a frente do complexo, respondeu positivamente ao que era pedido, e, pelo que se observou nesta última semana, os receios relativos à segurança e à fluidez de tráfego estão afastados.”-----

## ----- II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

### ----- 01. ACTA:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a acta número 20/2011, referente à reunião ordinária de 18 de Outubro findo. -----

----- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprová-la, abstendo-se o Vereador senhor Artur Miler por não ter estado presente na reunião a que respeita. -----

### ----- 02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

----- Foi presente a carta do Vereador senhor Artur Miler a solicitar a justificação da sua falta à última reunião.-----

02.11.2011

----- Aquando da apresentação deste assunto aquele senhor Vereador informou o senhor Presidente que, por nele ter interesse, deve ser declarado impedido de participar na sua discussão e votação. -----

----- Declarado o impedimento, a Câmara deliberou, sem a presença daquele membro, decorrida votação nominal e por unanimidade, considerar a falta justificada. -----

----- **03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:** -----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 208, do dia 31 de Outubro findo, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €2.571.024,41 (dois milhões quinhentos e setenta e um mil e vinte e quatro euros e quarenta e um cêntimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respectivamente, €1.828.445,48 (um milhão oitocentos e vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos) e €742.578,93 (setecentos e quarenta e dois mil quinhentos e setenta e oito euros e noventa e três cêntimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 20.ª ALTERAÇÃO:** -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a 20.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projectos/acções a alterar, da qual resulta um reforço da dotação global definida no valor de €17.500,00 (dezassete mil e quinhentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. -----

----- **05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 20.ª ALTERAÇÃO:** -----

----- Foi presente a 20.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respectivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €167.000,00 (cento e sessenta e sete mil euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. ---

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. -----

----- **06. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/JUNTA DE FREGUESIA DE CANELAS – CONSTRUÇÃO DOS BALNEÁRIOS DE APOIO AO POLIDESPORTIVO – COMPARTICIPAÇÃO:** -----

----- Foi presente o ofício registado sob o número 5.718, em 6 de Outubro findo, da Junta de Freguesia de Canelas, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a construção dos balneários de apoio ao polidesportivo daquela freguesia. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, comparticipar com a importância de €15.000,00 (quinze mil euros), pagável de acordo com o andamento dos trabalhos. -----

**----- 07. REDE DE ESGOTOS/AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO/CONSTRUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO VALE DE AROUCA - PARTE DO SISTEMA DE CHAVE - TROÇO ENTRE A CAIXA 96 A 104/E. E./C.D. CAIXA 176 A 185/198/256/237 – TRABALHOS A MENOS: -----**

----- Foi presente uma informação da DOM a dar conta que na empreitada em epígrafe se mostra desnecessária a execução de trabalhos no valor de €3.187,17 (três mil cento e oitenta e sete euros e dezassete cêntimos).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, autorizar a supressão daqueles trabalhos.-----

**----- 08. ÁGUA/ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S. A. – TARIFA PARA 2011: -----**

----- Foi presente a carta registada sob o número 5.956, em 17 de Outubro findo, da empresa Águas do Douro e Paiva, a informar que a tarifa a praticar pela empresa no decurso do próximo ano será de €0,3593 por metro cúbico.-----

----- A Câmara tomou conhecimento, tendo o senhor Presidente informado que, atendendo à actual conjuntura económica, não é intenção fazer reflectir este aumento na conta dos consumidores. -----

**----- 09. ÁGUA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLO ANALÍTICO DA QUALIDADE DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO PARA CONSUMO HUMANO NO MUNICÍPIO DE AROUCA:-----**

----- Foram presentes à consideração da Câmara o programa de procedimento e o caderno de encargos para a prestação de serviços de controlo analítico da qualidade da água de abastecimento para consumo humano.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, contratar a referida prestação de serviços, adoptar o procedimento de concurso público para o efeito e aprovar as referidas peças procedimentais, nos termos do disposto no CCP. -----

**----- 10. TURISMO/CENTRO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DE AROUCA – PROJECTO DE EXECUÇÃO: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara o projecto de execução para o Centro de Informação Turística de Arouca.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com a abstenção do Vereador senhor Paulo Teixeira, aprovar aquele projecto. -----

**----- 11. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARIA GORETI DE OLIVEIRA SOUSA, (BORRALHOSO, FERMEDMO): -----**

----- Foi presente o processo de obras número 38/2010, de Maria Goreti de Oliveira Sousa, residente em Borralhoso, Fervedo, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.605/DGU, em 24 de

02.11.2011

Setembro do ano findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de legalizar e ampliar a habitação que possui no referido lugar.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar favoravelmente, nos termos da informação da DGU. -----

**----- 12. LICENCIAMENTO DE OBRAS/CONCEIÇÃO SOEIRO DE AZEVEDO TEIXEIRA, (VALE, MANSORES): -----**

----- Foi presente o processo de obras número 5/2011, de Conceição Soeiro de Azevedo, residente em Vila, Mansores, acompanhado do requerimento registado sob o número 297/DGU, em 25 de Fevereiro findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de legalizar a habitação e anexos que possui no lugar de Vale, daquela freguesia. -----

----- Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente, uma vez que a habitação a legalizar possui área de utilização líquida superior a 124,70 m<sup>2</sup>, o que contraria o disposto na alínea b), n.º 4, art.º 26.º, do regulamento do Plano Director Municipal (PDM), e pelo facto do anexo possuir área de construção líquida superior a 20% da área de construção líquida total da edificação principal, o que contraria o disposto n.º 5, art.º 17.º do mesmo regulamento. -----

**----- 13. LICENCIAMENTO DE OBRAS/FRANCISCO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, (GESTOSA, ESCARIZ):-- -----**

----- Foi presente o processo de obras número 28/2011, de Francisco de Oliveira Figueiredo, residente em Gestosa, Escariz, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.087/DGU, em 14 de Julho último, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de construir habitação em terreno sito referido lugar.---

----- Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente pelo facto do terreno onde se pretende implantar a construção não confinar com a via pública e o acesso existente a partir desta tem extensão superior a 50 metros, contrariando o disposto no n.º 3, art.º 20.º, do regulamento do PDM, para além de não estar dotado de infra-estruturas de abastecimento de água potável, de drenagem de esgotos e de águas pluviais e de abastecimento de energia eléctrica, o que contraria o disposto no n.º 1, art.º 18 do mesmo regulamento. -----

**----- 14. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MAFALDA DE JESUS TEIXEIRA VIEIRA E OUTROS, (CALÇADAS, AROUCA): -----**

----- Foi presente o processo de obras número 24/2011, de Mafalda de Jesus Teixeira Vieira e outros, residente em Calçadas, nesta vila, acompanhado do requerimento registado sob o número 822/DGU, em 26 de

02.11.2011

Maio findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de alterarem o lote n.º 9 do loteamento licenciado pelo alvará n.º 1/77, sito no referido lugar. -----

----- Sobre o pedido a DGU informou, no essencial que:-----

----- A pretensão contempla a alteração da tipologia do edifício de modo a que o mesmo tenha dois fogos e a legalização dos anexos construídos no mesmo lote; -----

----- No Plano de Urbanização (PU) em vigor, o terreno insere-se em ZUC1 – Zona Urbana Consolidada; -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3, art.º 19.º, do regulamento do PU, na construção, reconstrução, ampliação ou alteração geral de edificações situadas em zonas urbanas consolidadas observar-se-ão os índices de ocupação e de construção, o número de pisos e a tipologia das construções pré-existentes ou os indicadores urbanísticos fixados no anexo do referido regulamento para a respectiva ZUC, desde que devidamente enquadrados na envolvente construída, conforme opção do interessado; -----

----- De acordo com o que consta do anexo do regulamento do plano, para a ZUC1, a tipologia da construção é de habitação unifamiliar isolado ou geminada, sendo que o loteamento aprovado contempla a construção de habitações unifamiliares; -----

----- A tipologia da presente pretensão é de habitação bifamiliar, o que contraria o disposto no art.º 18.º, conjugado com o n.º 3, art.º 19.º do regulamento do PU e respectivo anexo;

----- A pretensão contraria ainda o n.º 6, art.º 19.º, do mesmo regulamento pelo facto do anexo de apoio apresentar área superior a 20% da área bruta de construção da edificação principal. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente.-----

**----- 15. LICENCIAMENTO DE OBRAS/AGOSTINHO DUARTE RODRIGUES, (PINHEIRO, AROUCA):-- -----**

----- Foi presente o processo de obras número 22/2011, de Agostinho Duarte Rodrigues, residente na Travessa da Boavista, nesta vila, acompanhado do requerimento registado sob o número 783/DGU, em 19 de Maio findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de construir uma habitação em parcela de terreno a destacar do terreno sito no lugar de Pinheiro, nesta vila.-----

----- Sobre o pedido a DGU informou, no essencial, que: -----

----- A proposta contempla também a construção de outra habitação na parcela sobranceira do destaque;

----- Se pretende a construção de duas habitações com cave, rés-do-chão e andar, em que a cave será implantada em terreno natural e para a “esconder” o terreno será aterrado à sua volta, alterando assim de forma significativa a sua morfologia;-----

02.11.2011

----- Com a implantação na forma pretendida, os edifícios apresentariam mais de dois pisos acima do solo, facto que contraria o disposto no art.º 18.º e respectivo anexo do Plano de Urbanização; -----

----- Para além dos edifícios apresentarem numa parte três pisos acima do solo, possuiriam ainda cêrcea elevada em relação à topografia e localização dos terrenos, o que comprometeria o aspecto da povoação, o conjunto arquitectónico e respectiva urbanidade, para além de prejudicar valores ambientais que devem ser preservados, o que contraria o disposto no art.º 121.º do regulamento geral das edificações urbanas e o disposto no n.º 2 e na alínea b), n.º 5, art.º 4.º, do regulamento do plano de urbanização. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente. -----

----- **16. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARIANA DE PINHO VALÉRIO VIEIRA, (CIMA, CANELAS):**

----- Foi presente o processo de obras número 7/2011, de Mariana de Pinho Valério Vieira, residente em Cima, Canelas, acompanhado do requerimento registado sob o número 372/DGU, em 15 de Março findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de construir uma habitação no terreno sito no referido lugar. -----

----- Sobre o pedido a DGU informou, no essencial, que: -----

----- O terreno onde se pretende implantar a construção está fora da zona adjacente ao aglomerado, pelo facto da via pública que com ele confina não se enquadrar na definição de via pública habilitante constante da sub alínea ii), alínea b), art.º 4.º, do regulamento do PDM, pelo que no terreno apenas poderão ser permitidas construções promovidas por entidades públicas e que se destinem a responder às próprias necessidades de exploração ou salvaguarda, no interesse público, dos recursos agro-florestais, conforme se dispõe na alínea b), n.º 4, art.º 28.º do mesmo regulamento; -----

----- A construção de habitação em terreno de monte servido por via pública que não está dotada das infra-estruturas mínimas como a sua pavimentação e iluminação pública irá implicar, para o município, a construção ou manutenção de equipamentos, a realização de trabalhos ou a prestação de serviços por este não previstos, designadamente quanto à pavimentação do caminho e instalação de energia eléctrica; -----

----- A pretensão contraria também o disposto no n.º 3, art.º 16.º, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, pelo facto da implantação pretendida para o edifício não garantir a distância à estrema da propriedade de uma faixa de protecção de 50 metros e a adopção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respectivos acessos. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente. -----



----- **17. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ESMERALDA GOMES DA SILVA BRANDÃO, (SERRA, MANSORES):** -----

----- Foi presente o processo de obras número 35/2011, de Esmeralda Gomes da Silva Brandão, residente em Cavadas, Moldes, acompanhado do requerimento registado sob o número 403/DGU, em 17 de Março findo, a solicitar o licenciamento com vista à construção de muros de vedação em terreno sito no referido lugar. -----

----- Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do disposto na alínea a), n.º 1, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei número 26/2010, de 30 de Março, uma vez que a pretensão contraria o disposto no n.º 1, art.º 12.º, do regulamento municipal da urbanização e edificação já que o referido muro de vedação teria mais de 1,20 metros de altura, não se enquadrando na excepção prevista no n.º 3 do mesmo artigo.-----

----- **18. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARTINHO ROSA DE JESUS, (CASTANHEIRA, ALBERGARIA DA SERRA):** -----

----- Foi presente o processo de obras número 255/98, de Martinho Rosa de Jesus, residente em Castanheira, Albergaria da Serra, acompanhado do requerimento registado sob o número 647/DGU, em 28 de Abril findo, a solicitar o licenciamento com vista a alterar o edifício destinado a agricultura/guarda de alfaías agrícola, sito no referido lugar. -----

----- Sobre o pedido, a DGU informou, no essencial, que: -----

----- A pretensão contempla a criação de mais um piso e alteração da cobertura de todo o edifício, em que esta seria executada em laje aligeirada, sem qualquer tratamento, em substituição da cobertura em telhado, e em que seriam tapadas duas aberturas da habitação existente a poente;-----

----- A execução da cobertura do edifício em placa aligeirada não se coaduna com as construções existentes no lugar da Castanheira, caracterizado por coberturas em lousa ou em telha de barro na sua cor natural;-----

----- A pretensão, nos termos em que é formulada, causaria prejuízo para as características dominantes da área em que se integra, a valores ambientais, ao enquadramento arquitectónico, ao enquadramento urbanístico, em violação do disposto no n.º 1, art.º 17.º, do regulamento do PDM e no art.º 121.º do regulamento geral das edificações urbanas. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do disposto na alínea a), n.º 1, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de

02.11.2011

Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei número 26/2010, de 30 de Março. -----

**----- 19. LICENCIAMENTO DE OBRAS/REGINA MARIA RIBEIRO ALMEIDA, (FUNDO DE VILA, MOLDES): --- -----**

----- Foi presente o processo de obras número 866/82, de Regina Maria Ribeiro de Almeida, residente em Fundo de Vila, Moldes, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.068/DGU, em 13 de Julho findo, a solicitar o licenciamento para ampliar e alterar a habitação sita no referido lugar. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

**----- 20. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARIA DE FÁTIMA DA CONCEIÇÃO SEIXAS, (CAVADA, ROSSAS): --- -----**

----- Foi presente o processo de obras número 342/2004, de Maria de Fátima da Conceição Seixas, residente na Travessa Alberto Cantador, n.º 24, 1.º Dt.º, traseiras, em Vila Nova de Gaia, acompanhado da informação da DGU a dar conta que, tendo sido aprovado o projecto de arquitectura para a reconstrução da habitação sita no lugar de Cavadas, Rossas, não foram apresentados os correspondentes projectos das especialidades dentro do prazo a que se refere o n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, pelo que deve ser declarada a caducidade da respectiva licença. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere o referido processo. -----

**----- 21. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARIA CRISTINA DA SILVA TAVARES, (CARREIROS, ROSSAS): --- -----**

----- Foi presente o processo de obras número 396/2004, de Maria Cristina da Silva Tavares, residente em Alto da Estrada, Burgo, acompanhado da informação da DGU a dar conta que, tendo sido aprovado o projecto de arquitectura para a construção de habitação sita no lugar de Carreiros, Rossas, não foram apresentados os correspondentes projectos das especialidades dentro do prazo a que se refere o n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, pelo que deve ser declarada a caducidade da respectiva licença. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere o referido processo. -----

----- **22. LICENCIAMENTO DE OBRAS/JOSÉ TEIXEIRA BASTOS, (MATINHO, ROSSAS):** -----

----- Foi presente o processo de obras número 123/2008, de José Teixeira Bastos, residente em Matinho, Rossas, acompanhado da informação da DGU a dar conta que, tendo sido aprovado o projecto de arquitectura para a reconstrução da habitação sita no lugar de Matinho, Rossas, não foram apresentados os correspondentes projectos das especialidades dentro do prazo a que se refere o n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, pelo que deve ser declarada a caducidade da respectiva licença. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere o referido processo. -----

----- **23. LICENCIAMENTO DE OBRAS/CARLOS ALBERTO MOREIRA DE AZEVEDO MARTINS, (CABEÇAIS, FERMEDO):** -----

----- Foi presente o processo de obras número 39/2006, de Carlos Alberto Moreira de Azevedo Martins, residente em Cabeçais, Ferno, acompanhado da informação da DGU a dar nota que não foi requerida a emissão do respectivo alvará de licença dentro do prazo fixado, no n.º 2, art.º 71.º do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei número 26/2010, de 30 de Março, pelo que nos termos do número 5 do mesmo artigo, deve ser declarada a caducidade do licenciamento respectivo. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere o referido processo. -----

----- **24. LICENCIAMENTO DE OBRAS/LAURINDA GOMES DOS SANTOS E OUTROS, (CRUZES, S. MIGUEL DO MATO):** -----

----- Foi presente o processo de obras número 101/2009, de Laurinda Gomes dos Santos, residente em Casa das Cruzes, S. Miguel do Mato, acompanhado da informação da DGU a dar conta que, tendo sido aprovado o projecto de arquitectura para a construção de uma habitação no lugar de Matinho, Rossas, não foram apresentados os correspondentes projectos das especialidades dentro do prazo a que se refere o n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, pelo que deve ser declarada a caducidade da respectiva licença. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere o referido processo. -----

----- **25. LICENCIAMENTO DE OBRAS/SÉRGIO FILIPE FIGUEIREDO PINTO, (BAIXO, CANELAS):** -

02.11.2011

----- Foi presente o processo de obras número 120/2011, de Sérgio Filipe Figueiredo Pinto, residente em Baixo, Canelas, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.400/DGU, em 9 de Setembro findo, a solicitar o licenciamento com vista a construir habitação e muro em terreno sito no lugar de Baixo, freguesia de Canelas. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

**----- 26. LICENCIAMENTO DE OBRAS/AROUCONSTROI – CONSTRUÇÕES AMÉRICO TEIXEIRA, IRMÃO & FILHOS, LD.<sup>a</sup>, (FARRAPA, CHAVE):-----**

----- Foi presente o processo de obras número 315/2006, de Arouconstroi – Construções Américo Teixeira, Irmão & Filhos, Ld.<sup>a</sup>, com sede Cavada, Santa Eulália, acompanhado da informação da DGU a dar nota que não foi requerida a emissão do respectivo alvará de licença dentro do prazo fixado, no n.º 2, art.º 71.º do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei número 26/2010, de 30 de Março, pelo que nos termos do número 5 do mesmo artigo, deve ser declarada a caducidade do licenciamento respectivo. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere o referido processo. -----

**----- 27. LICENCIAMENTO DE OBRAS/AUGUSTO JOÃO DUARTE, (CELA, MOLDES):-----**

----- Foi presente o processo de obras número 184/2001, de Augusto João Duarte, residente em Cela, Moldes, acompanhado da informação da DGU a dar nota que não foi requerida a emissão do respectivo alvará de licença dentro do prazo fixado, no n.º 2, art.º 71.º do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei número 26/2010, de 30 de Março, pelo que nos termos do número 5 do mesmo artigo, deve ser declarada a caducidade do licenciamento respectivo. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere o referido processo. -----

**----- 28. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ALBERTO DA COSTA PINHO, (CABO, ROSSAS):-----**

----- Foi presente o processo de obras número 278/2006, de Alberto da Costa Pinho, residente em Cabo, Rossas, acompanhado da informação da DGU a dar nota que não foi requerida a emissão do respectivo alvará de licença dentro do prazo fixado, no n.º 2, art.º 71.º do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei número 26/2010, de 30 de Março, pelo que nos termos do número 5 do mesmo artigo, deve ser declarada a caducidade do licenciamento respectivo. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere o referido processo. -----

**----- 29. DIVERSOS/PRÉDIOS DA ANTIGA EXPLORAÇÃO DE VOLFRÂMIO EM RIO DE FRADES – VENDA DE PRÉDIOS URBANOS: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara uma proposta do senhor Presidente no sentido da Câmara vender os prédios urbanos de que possui em Rio de Frades, Cabreiros, e que integravam o património imobiliário da Companhia Mineira do Norte de Portugal, S. A., aos seus ocupantes, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

**----- 30. DIVERSOS/CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL RAINHA SANTA MAFALDA - ORDENAMENTO DO TRÂNSITO NA ESTRADA DA RIBEIRA – EXCEPÇÃO AO TRÂNSITO DE PESADOS: --**

----- Foi presente a carta registada sob o número 5.989, em 18 de Outubro findo, do Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda, a solicitar a alteração na sinalização de trânsito colocada na estrada da Ribeira e que impede o trânsito de veículos pesados, de modo a permitir a circulação do seu veículo de transporte colectivo de crianças. -----

----- Aquando da apresentação deste assunto, o Vereador senhor Artur Miler informou o senhor Presidente que nele tem interesse enquanto membro dos corpos sociais da entidade requerente, pelo que deve ser declarado impedido de participar na sua discussão e votação. -----

----- Declarado o impedimento, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, sem a presença daquele membro, excepcionar na proibição de trânsito a veículos pesados na estrada da Ribeira aprovada por deliberação de 20 de Julho do ano findo, os veículos de transporte de crianças e os veículos de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU). -----

**----- 31. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO/CONSTRUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO VALE DE AROUCA - PARTE DO SISTEMA DE CHAVE - TROÇO ENTRE A CAIXA 96 A 104/E. E./C.D. CAIXA 176 A 185/198/256/237 – AUTO N.º 3 E FINAL: -----**

----- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 3 e final, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €24.780,14 (vinte e quatro mil setecentos e oitenta euros e catorze cêntimos). -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. -----

**----- III — OUTROS ASSUNTOS: -----**

**----- 32. SERVIÇOS MUNICIPAIS/ARRENDAMENTO DE INSTALAÇÕES – ALTERAÇÃO: -----**

----- Por deliberação tomada na reunião de 4 de Outubro último, a Câmara deliberou arrendar, por um período de dois anos renovável, ao senhor António da Costa Pereira, a loja que este possui no número 9 da

02.11.2011

Alameda D. Domingos de Pinho Brandão, nesta vila, para que ali se instalem os Serviços Técnicos da Divisão de Urbanismo e Serviços Urbanos e um espaço destinado ao Gabinete do Ambiente. -----

----- Vem agora aquela Divisão propor que, havendo a possibilidade de ser cedida ao município a “Casa da Florestal”, onde poderá ser feita a instalação daqueles serviços, o período de arrendamento seja reduzido para seis meses, igualmente renovável. -----

----- Porque este assunto não estava incluído na ordem do dia, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na deliberação imediata do assunto de modo a permitir a urgente celebração do contrato de arrendamento. -----

----- Analisado o assunto, a Câmara deliberou, pela mesma forma e por maioria, reduzir o prazo de arrendamento na forma proposta, abstendo-se os Vereadores senhores Artur Miler e Paulo Teixeira. -----

----- **IV — INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

----- Nada a registar. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** -----

----- Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 93.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. -----

----- Eram 17 horas e 20 minutos. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, \_\_\_\_\_, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças que a redigi. -----